

Sumário

1 Introdução	1
2 Dos Acordos e Tratados Internacionais.....	7
2.1 Da obrigatoriedade do cumprimento dos acordos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário	9
2.2 Dos acordos da basileia.....	13
2.3 Risco bancário	17
2.4 Do acordo da basileia I.....	20
2.5 Acordo da basileia II	26
3 Sistema Financeiro Nacional.....	29
3.1 A composição do sistema financeiro nacional.....	32
3.2 As atribuições do conselho monetário nacional	37
3.3 O <i>Rating</i> bancário.....	41
3.4 A classificação do <i>rating</i> o Brasil	46
3.5 O problema da resolução 2.682/99 do CMN	48
4 Princípios da Preservação e da Função Social da Empresa – Histórico Constitucional	53
4.1 A Constituição de 1824.....	53
4.2 A Constituição de 1891	55
4.3 A Constituição de 1934.....	59
4.4 A Constituição de 1937	60
4.5 A Constituição de 1946.....	61
4.6 A Constituição de 1967.....	62
4.7 A Constituição de 1988.....	63

4.8 Princípio constitucional implícito da preservação da empresa	64
4.8.1 Conceito de princípio e princípios constitucionais	66
4.8.2 Princípios constitucionais implícitos e princípios constitucionais explícitos	71
4.8.3 Importância da ordem econômica na constituição de 1988	74
4.8.4 Importância social das empresas na constituição de 1988	82
4.8.5 Princípio da preservação da empresa implícito na constituição de 1988.....	89
4.9 Os Princípios, a novação e o rating.....	102
5 A Recuperação Judicial (Lei 11.101/05).....	109
5.1 Os meios previstos na lei para recuperação da empresa	122
5.2 O controle das empresas em recuperação judicial.....	125
5.3 O Plano de recuperação judicial como plano de negócios e instrumento novador das dívidas.....	130
5.4 Análise lógica do que preceituam as normas da basileia para o <i>rating</i> nas renegociações de dívidas e o confronto com a interpretação brasileira da novação na recuperação judicial.....	136
5.5 A concessão de crédito como meio de recuperação judicial e sua aplicação como insumo na atividade produtiva e de circulação de bens e serviços.....	144
5.6 A incoerência entre a aprovação do plano e a dificuldade de crédito.....	150
5.7 Perspectiva de alteração legislativa	154
6 Conclusão	159
Referências	165